



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*CONTRATO DE FORNECIMENTO DE
COMPUTADORES, CELEBRADO ENTRE O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
CEARÁ E A EMPRESA POSITIVO
TECNOLOGIA S/A. (Processo Administrativo nº
8523232-73.2018.8.06.0000).*

CT Nº 73/2018

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambéa em Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE ou TJCE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Francisco Gladysson Pontes, e por sua Secretária de Tecnologia da Informação, Dra. Denise Maria Norões Olsen, e a empresa POSITIVO TECNOLOGIA S/A., inscrita no CNPJ/MF nº 81.243.735/0019-77, com sede na Rua Javari, nº 1255, Lote 257-B, Distrito Industrial I, Manaus-AM, representada neste ato pelo Sr. ANTÔNIO JOSÉ CAVALCANTE FURTADO, portador da cédula de identidade nº 663.693-83 e inscrito no CPF/MF sob nº 324.457.092-53, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, pactuam o presente Contrato que se regerá pela Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 9.648/98, atendidas as cláusulas e condições enunciadas adiante.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente instrumento na proposta apresentada pela CONTRATADA e no resultado da licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 58/2018, realizado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, o qual originou a Ata de Registro de Preços nº 216/2018, que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará aderiu, tudo de conformidade com as disposições da Resolução do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nº 02, de 05 de março de 2015, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 8.883/1994, n.º 9.648/1998, n.º 9.854/1999, e de acordo com o Processo Administrativo n.º 8523232-73.2018.8.06.0000.

Cláusula Segunda – Do Objeto

Constitui objeto deste Contrato a aquisição de 1.258 (mil duzentos e cinquenta e oito) microcomputadores com respectivos monitores de vídeo para atender as necessidades do Judiciário Cearense, observadas as especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste documento.

Parágrafo Único – Integram este Contrato, independente de sua transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico n.º 58/2018, realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, o Termo de Referência do aludido certame e a proposta da CONTRATADA, os quais, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste Instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.

Cláusula Terceira – Do Valor

O valor do presente Contrato é de R\$ 4.676.489,20 (quatro milhões, seiscentos e setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte centavos), conforme os preços unitários descritos na tabela abaixo:

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – ARP N.º 216/2018					
Id	Item	Equipamento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	1	Microcomputador gabinete +teclado+mouse (sem assistência técnica estendida)	1.258	R\$ 2.842,37	R\$ 3.575.701,46
02	2	Monitor padrão	1.258	R\$ 536,38	R\$ 674.766,04
03	3	Assistência Técnica com nível mínimo de serviços (13º ao 60º mês) aplicável aos itens 1 e 2	1.258	R\$ 338,65	R\$ 426.021,70
				R\$ 3.717,40	R\$ 4.676.489,20



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Quarta – Das Condições de Fornecimento

Os bens deverão ser novos e entregues em suas embalagens originais lacradas, devendo estas estar identificadas por etiquetas onde constem o número de série do equipamento.

4.1. A CONTRATADA deverá fornecer estações de trabalho conforme a especificação e os requisitos mínimos obrigatórios constantes do Anexo I deste Contrato.

4.1.1 Os equipamentos deverão ser entregues no Almoxarifado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará situado no endereço: Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. – Cambéa CEP: 60.822-325 – Fone: (85) 3207 – 7000.

4.2. Os microcomputadores e monitores relacionados na Cláusula Terceira deste Contrato deverão ser do mesmo fabricante/marca e modelo.

4.2.1. Em caso de descontinuidade devidamente comprovada de dispositivos que compõem os equipamentos, a CONTRATADA deverá propor outro modelo a ser avaliado e aprovado pelo TRIBUNAL.

4.3. Todos os microcomputadores deverão ser fornecidos com cabo de alimentação AC do tipo Y ou extensão ou filtro de linha para conexão do monitor, e utilização apenas de uma tomada elétrica.

4.4. Deverá ser fornecida pela CONTRATADA, por lote de computadores contratados, pelo menos 01 (uma) mídia de recuperação para os sistemas operacionais Windows 10, contendo todos os drivers adequados para todos os dispositivos. A mídia a ser fornecida pela CONTRATADA deverá estar disponível em *pen-drive* ou similar com aceite do TRIBUNAL.

4.5. O gabinete deve ter um sistema de refrigeração adequado para todos os componentes internos a fim de garantir a temperatura de funcionamento e a vida útil.

4.6. O gabinete não poderá ser adaptado para atender aos requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência.

4.7. A fonte de alimentação deve ter potência e conectores de alimentação para suportar os dispositivos instalados bem como a adição de disco rígido, memória RAM, até o limite máximo suportado pelo equipamento sem que isto implique na perda da garantia do fabricante.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4.8. O adaptador de tomada deve ter conexão de entrada padrão “NEMA 5-15P” ou “NBR 14136:2002 – 10 A”. Caso a conexão de entrada seja padrão “NBR 14136:2002 – 10 A” que permita a conexão em tomadas padrão “NEMA 5-15R”.

4.9. O gabinete, teclado, monitor e mouse devem ter o mesmo padrão de cor, devem ser do mesmo fabricante ou serem fabricados em regime de OEM.

4.10. Não serão aceitos microcomputadores/dispositivos que foram descontinuados pelo fabricante.

4.11. Toda a documentação necessária à adequada utilização das estações de trabalho deverá ser fornecida (tais como, manual de utilização e configuração) ou o acesso ao sítio eletrônico do fabricante para a execução do download da mesma.

4.12. O modelo de computador fornecido pela CONTRATADA deverá implementar os seguintes recursos de gerenciamento remoto:

a) Inventariamento de software (sistema operacional e aplicativos) e periféricos em estado desligado (out-of-band);

b) Provisionamento de imagem (out-of-band);

c) Captura de Mouse, Teclado e Monitor do computador (out-of-band);

d) Diagnóstico remoto para auxiliar em problemas dos seguintes periféricos: placa-mãe, memória, disco rígido, processador (out-of-band);

e) Acesso e alteração de configurações de BIOS (tela em forma gráfica).

4.13. Entende-se como “out-of-band”, a execução da atividade independente do sistema operacional e com o computador energizado.

4.14. A compatibilidade do modelo do computador, e seus componentes de placa-mãe, processador e placa de rede, será atestada com a comprovação do atendimento aos recursos indicados no item 4.12.

4.15. O recurso de gerenciamento remoto deverá ser habilitado de fábrica.

4.16. A CONTRATADA deverá efetuar o repasse do conhecimento do recurso de gerenciamento remoto e disponibilizar documentação técnica discriminando o modo de



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

configuração do recurso de gerenciamento remoto disponibilizado no modelo de computador fornecido.

4.17. Estes recursos deverão ser implementados no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, após a entrega dos computadores.

4.18. O não atendimento ao disposto no item 4.12, poderá incorrer à CONTRATADA a aplicação de sanções administrativas previstas nesta contratação.

Requisitos de Segurança

4.19 A manutenção deverá ser realizada, preferencialmente, nas dependências do Poder Judiciário Cearense. Havendo necessidade de remoção do produto para as dependências da Contratada, as despesas de transporte, seguros e embalagens, correrão por conta da Contratada;

4.20 Nos casos de retirada de qualquer produto, a Contratada deverá assinar termo de retirada se responsabilizando integralmente pelo produto (hardware e software), enquanto o mesmo estiver em suas dependências ou em trânsito sob sua responsabilidade;

4.21 Somente os técnicos do fabricante, ou pessoas a quem ela autorizar pro escrito, poderão executar os serviços de manutenção;

4.22 Os técnicos, ou pessoas autorizadas, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da empresa) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências das unidades do Poder Judiciário Cearense;

4.23 Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

4.24 Fica ressalvado ao fabricante o direito de adotar medidas de segurança que entender necessárias a fim de evitar que pessoas não autorizadas executem os serviços de manutenção, exceto lacres/travas de acesso exclusivo da Contratada ou senhas exclusivas;

4.25 Quando o atendimento implicar em substituição do SSD, a Contratante poderá requisitar o não recolhimento da peça danificada, permanecendo da posse desta, sem nenhum ônus para o órgão;

4.26 Todas as informações obtidas ou extraídas pela empresa fornecedora da Solução de Tecnologia da Informação deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer divulgação a terceiros, devendo a mesma zelar por si e por seus sócios, empregados e subcontratados pela



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso;

4.27 Quando nas dependências das unidades do Poder Judiciário Cearense, os técnicos da Contratada ficarão sujeitos a todas as normas internas de segurança da Contratante, inclusive àquelas referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências.

Requisito Cultural e Ambiental

4.28 O sistema operacional e toda documentação técnica necessária à instalação e operação do equipamento devem ser disponibilizados em língua portuguesa do Brasil, podendo ser em meio físico ou digital;

4.29 Os equipamentos devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize equipamentos recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.30 Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*). A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial, instituição credenciada, documento do fabricante ou ainda através de certificação EPEAT, desde que claramente especificado. Tal exigência é necessária para comprovar que o equipamento atinge as necessidades de controle de impacto ambiental em seu processo de fabricação.

Requisitos Operacionais

4.31 O cabo de alimentação deve possuir plugue padrão Brasileiro NBR 14136, padrão 2P ou 2P+T, de 10A, sem uso de adaptadores;

4.32 Todos os equipamentos devem possuir características corporativas.

4.33 Todos os equipamentos e componentes de cada lote devem ser novos, sem uso e em perfeito funcionamento;

4.34 Todos os equipamentos de cada lote devem ser idênticos, serem do mesmo modelo e fabricante ou em regime de Original Equipment Manufacturer (OEM).

Cláusula Quinta – Do Pagamento



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

5.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do atesto nota fiscal/fatura, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado, conforme disposto no artigo 40, XIV, "a", da Lei 8.666, de 1993;

5.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993;

5.3 A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) deverá(ão) ser emitida(s) em nome do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE, CNPJ N.º 09.444.530/0001-01;

5.4 O pagamento somente ocorrerá depois de atestada, pelo TJCE, a conformidade dos materiais recebidos e/ou serviços executados com aqueles que foram exigidos no edital;

5.5 Previamente à realização de todo e qualquer pagamento, a Contratada deverá apresentar, documentação comprovante do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, especialmente:

5.6 Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abrange também a Certidão Negativa de Débito – INSS (conforme Portaria nº 358/MF de 5 de setembro de 2014), emitida pela Secretaria da Receita Federal;

5.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;

5.8 Comprovante de quitação com débitos decorrentes do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Situação – FGTS;

5.9 A irregularidade para com qualquer dos itens ou a não apresentação das certidões que comprovem a situação de regularidade, quando solicitada pela Contratante por qualquer meio idôneo, caracterizará descumprimento de obrigação acessória.

5.10 O serviço relativo à Garantia Estendida com Assistência Técnica tem 12 (doze) parcelas fixas iguais, correspondendo a uma Nota Fiscal por quadrimestre a partir do 13º (décimo terceiro) mês até o término da garantia estendida.

5.11 A última parcela somente será remunerada após o término integral da garantia estendida de todos os equipamentos contratados, e após o encerramento de todos os chamados



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

registrados pelo TRIBUNAL dentro da garantia, cujo período de apuração também se encerra após o término destes chamados.

5.12 Para a Nota de Serviços de Garantia Estendida com Assistência Técnica, com base no subitem 9.22.5 da Cláusula Quinta deste Contrato, deverá ser calculado o índice de cumprimento de NMS no período (quadrimestre).

5.13 O valor da parcela a ser remunerada corresponde à seguinte fórmula de cálculo:

Valor de Remuneração = Índice (subitem 9.22.5 da Cláusula Quinta deste Contrato) x Valor da Parcela Integral

5.14 A apuração do NMS somente será realizada a cada 20 (vinte) chamados registrados no período.

5.15 Caso no período do quadrimestre não atinja quantitativo mínimo de chamados do subitem anterior, o valor deste período será cumulativo para o próximo quadrimestre, para fins de aplicação de cálculo de glosa.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04100021.02.126.500.21809.15.44905200.301000.0.20

04100021.02.126.500.21809.15.44905200.101000.0.20

Cláusula Sétima – Das Obrigações do Contratante

São obrigações do TJCE:

- a) Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, que estará condicionado ao fornecimento total das quantidades solicitadas em cada entrega.
- b) Receber o objeto que atender aos requisitos deste Contrato.
- c) Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.
- d) Promover a fiscalização do andamento da execução do objeto, podendo recusar qualquer item que não esteja de acordo com as especificações deste Contrato e da proposta da CONTRATADA, indicando as razões da recusa.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

e) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos itens recebidos para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

f) Fornecer à CONTRATADA as informações e documentações indispensáveis à execução do objeto contratado.

g) Cumprir, de forma a não retardar os prazos da CONTRATADA, suas obrigações contratuais que constituam pré-requisitos para que a mesma cumpra suas próprias obrigações.

Cláusula Oitava – Das Obrigações da Contratada

São obrigações da Contratada:

a) Efetuar a entrega do objeto no prazo estipulado, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste Contrato.

b) Comunicar à Gerência de Infraestrutura de TI, em até 02 (dois) dias do prazo de vencimento da entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento, informando a nova data de entrega, para avaliação pelo TRIBUNAL.

c) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, taxas comerciais, tributos e contribuições que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto.

d) Manter, durante a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

e) Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verifique danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a sua substituição, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contado da data da notificação do dano.

f) Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como decorrentes de montagem, embalagem, frete/carreto desde a origem até sua entrega no local de destino, seguros, taxas, impostos e outras necessárias a instalação do objeto deste Contrato.

g) Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por todo e qualquer dano decorrente direta ou indiretamente da execução do presente Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos, devendo adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

h) Para garantia do ressarcimento do dano, total ou parcial, tem o TRIBUNAL o direito de retenção sobre o pagamento devido à CONTRATADA.

i) Cumprir o disposto no inciso V do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/1993.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

j) Indicar o nome do representante responsável pela gestão deste Contrato, informando endereço, telefone, fax e e-mail.

k) Prestar os serviços de Assistência Técnica de Garantia (quando acionada pelo TRIBUNAL) conforme condições previstas neste Contrato.

l) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução deste Contrato.

m) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

n) Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

o) Manter, durante a vigência deste Contrato, sua regularidade fiscal, a ser aferida por meio da emissão de Certificado de Registro Cadastral (CRC).

Cláusula Nona – Da Garantia e Assistência Técnica

A assistência técnica dos equipamentos será de responsabilidade da Contratada, inclusive todos os custos inerentes para a prestação destes serviços, e será prestada por empresa autorizada pelo fabricante ou sua representante legal no Brasil.

9.1 O prazo de garantia contra defeitos de fabricação será de 60 (sessenta) meses contado a partir do recebimento definitivo do objeto pelo TRIBUNAL.

a) O prazo de garantia dos equipamentos contará a partir da data do recebimento definitivo dos mesmos pelo TRIBUNAL.

b) O prazo de garantia dos equipamentos será único.

c) Após o período de vigência da garantia original dos equipamentos, a garantia dos equipamentos se estenderá, em caráter complementar, até que se complete o prazo de 60 (sessenta) meses descrito no subitem 9.1 desta Cláusula nos termos do disposto no art. 50 da Lei federal nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

9.2 A assistência técnica durante o período de garantia utilizará apenas peças e componentes originais, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo Tribunal;

9.3 O suporte de serviços compreenderá a prestação de manutenção técnica em garantia quanto à solução de problemas;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

9.4 A assistência técnica durante o período de garantia será executada on-site, nas dependências do Tribunal, na Capital e Comarca do Interior do Estado do Ceará.

9.4.1 A relação atualizada das localidades do tribunal se encontra discriminada no endereço: <http://www.tjce.jus.br/enderecos-e-telefones>.

9.5 Para os acessórios teclado e mouse, admite-se o envio de peças de substituição através de serviço postal, devendo a Contratada comprovar a garantia da entrega destes periféricos para o usuário solicitante para fins de conclusão dos chamados sem ônus para o tribunal. Deverá ser apresentado pela Contratada ao Tribunal fluxo formalizado de como este processo será executado pela mesma;

9.6 Caso os Centros de Assistência Técnica sejam terceirizados, estes deverão ser classificados como assistência técnica autorizada do fabricante, devendo ser comprovada através de declaração formal do fabricante dos equipamentos, a ser apresentada pela Contratada, em 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato;

9.7 Os serviços de assistência técnica durante o período de garantia serão realizados de segunda a sexta-feira, em dias úteis;

9.8 A Contratada deverá disponibilizar conta de e-mail para abertura de chamados de suporte técnico;

a) Para todos os chamados abertos, deverá ser fornecido ao Tribunal, protocolo ou número do chamado técnico da contratada para controle.

b) Para os chamados abertos por e-mail, deverá ser fornecido ao Tribunal, em até no máximo de 01 (uma) hora útil.

9.9 Considera-se prazo para solução do problema o período compreendido entre a abertura do chamado e o término da solução, deixando o equipamento em condições normais de operação;

9.10 A Contratada deverá emitir um Relatório de Atendimento Técnico – RAT, para cada chamado de manutenção, atendido e concluído, no qual constem os horários de chamado, de início de atendimento e de conclusão dos serviços, o número da Ordem de Serviço, bem como a identificação dos equipamentos que apresentarem defeito, incluindo o patrimônio do Tribunal, número de série, serviços executados, responsável pelo serviço e quaisquer outras anotações pertinentes;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

a) Em periodicidade a ser acordada entre as partes, uma cópia de todos os relatórios de atendimento técnico deverão ser encaminhados pela Contratada ao Tribunal, podendo ser admitida cópia digitalizada.

b) Deverá também ser encaminhada planilha eletrônica contendo número de série do equipamento, número do chamado da Contratada e data/hora de encerramento do chamado para fins de encerramento em sistema próprio do Tribunal.

9.11 A Contratada deverá dispor de mecanismos em seu sistema de controle de chamados, que permitam customizar o envio de evento para conta de e-mail específica do Tribunal, quando do encerramento de chamado de assistência técnica de garantia, devendo a mesma notificar do encerramento ao Tribunal, tão logo sejam atendidos e solucionados;

9.12 Para fins de apuração de Nível Mínimo de serviço (NMS), o Tribunal fará uso de seu sistema de controle de chamados;

9.13 Constatada a necessidade de remoção do equipamento das instalações do Tribunal, a Contratada deverá substituí-lo imediatamente por outro idêntico ou superior, instalar todo o software e configurá-lo adequadamente, sem qualquer ônus para o Tribunal, sendo que quando do retorno do equipamento original, deverão ser restabelecidas de igual forma as configurações originais;

9.14 Independentemente da substituição mencionada no parágrafo anterior, a Contratada deverá substituir definitivamente o equipamento por outro idêntico ou superior ao original, novo, sem ônus para o Tribunal, caso os vícios constatados não sejam sanados no período de até 30 (trinta) dias úteis contados da abertura do chamado de assistência técnica;

9.15 Dentro do período de garantia contratado, caso haja a necessidade da substituição de discos rígidos com defeito, a peça danificada será de propriedade do TRIBUNAL, sendo entregue ao usuário imediatamente após o atendimento do chamado de garantia.

9.16 Havendo necessidade de troca de microcomputador ou algum componente que deixe indisponível o recurso de gerenciamento remoto, este deverá ser habilitado novamente pela Contratada. Neste Caso, deverão ser acordados os procedimentos para reabilitação deste recurso;

9.17 A Contratada deverá fornecer orientações para que sejam criados scripts para facilitar o diagnóstico de problemas por parte do Tribunal;

9.18 A Contratada poderá fornecer aplicativo que possibilite o diagnóstico remoto de problemas relacionados com unidade de armazenamento por parte do Tribunal, com as devidas orientações de como proceder esta operação. Nestes casos, se fornecidos os meios para



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

diagnóstico remoto, quando do registro de problema relacionado à unidade de armazenamento, deverão ser apontadas as evidências realizadas no diagnóstico. No caso de não fornecimento dos meios, não poderá ser caracterizado escalonamento indevido por parte do Tribunal, ficando este diagnóstico e resolução (se couber troca de unidade de armazenamento), a cargo da Contratada;

9.19 Aqueles atendimentos efetuados pela Contratada que porventura caracterizarem problemas intermitentes, sem causa aparente identificados no atendimento, ou aqueles escalonados indevidamente à Contratada, deverão ser justificados e comunicados com a devida prioridade ao Tribunal, sendo que, 5% (cinco por cento) dos problemas, sem causa aparente do defeito, não poderão ser classificados como escalonamento indevido;

9.20 A Contratada não poderá deixar de prestar o atendimento da assistência técnica, caso utilize no seu processo, lacre ou outro dispositivo, que venha a ser rompido;

9.21 A Contratada poderá submeter ao Tribunal o seu controle das peças, componentes e acessórios, tais como: relação de séries e part-numbers, dentre outra forma de identificação;

9.21.1 Caso não haja este controle ou fornecimento das informações, a Contratada deverá obrigatoriamente prestar o atendimento da assistência técnica.

9.22 Nível Mínimo de Serviço – NMS

9.22.1 A contratada deverá considerar os seguintes termos para o NMS:

Localidade	Prazo de Solução	Horário de Atendimento (em dias úteis)	Atendimento
Capital	2 dias úteis	8 às 18 horas	Nas dependências do TJCE (on-site)
Interior	4 dias úteis		

9.22.2 O percentual de cumprimento de NMS será calculado quadrimestralmente, devendo a Contratada garantir o cumprimento de solução de chamados neste período, cujo percentual mínimo deverá observar o índice de quebra mensal abaixo:

	Índice de quebra mensal (média no período) (Total de chamados registrados / Quantidade de computadores em garantia instalados)		
	Até 1%	De 1% a 2,5%	Acima de 2,5%
(%) NMS mínimo	75%	82,5%	90,00%

X

JH 10



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

9.22.3 Para cada chamado sem solução aplicada com prazo superior a 20 (vinte) dias úteis será aplicada dedução de uma pontuação;

9.22.4 Para cada chamado encerrado fora do NMS será aplicada dedução de uma pontuação para cada quatro dias úteis ou 40 (quarenta) horas úteis de atraso;

9.22.5 Deverá ser observado o indicador de cumprimento de NMS de acordo com a fórmula de cálculo abaixo calculada quadrimestralmente, aplicável também para o faturamento da garantia estendida com assistência técnica do quadrimestre a partir do 13º mês contratado:

TCH = Total de chamados encerrados + chamados sem solução com prazo superior a 20 dias úteis.

TCHEP = Total de chamados encerrados no prazo.

TDEDCHFP = Total de dedução/pontuação de chamados encerrados fora do prazo.

Percentual de cumprimento (% NMS apurado) = $(TCHEP - TDEDCHFP) \times 100\% / TCH$

Índice (Admitido máximo igual a 1,0) = SE (%NMS apurado > %) NMS mínimo = 1 SENÃO
%NMS apurado / (%) NMS mínimo)

Cláusula Décima – Dos Prazos

ID	Etapas/Fase/Item	Prazo / Condição
01	Da entrega dos equipamentos.	Máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho, data de assinatura do contrato ou documento oficial do TJCE, o que ocorrer por último.
02	Abertura de chamados de assistência técnica.	De segunda a sexta-feira, em horário comercial (08 (oito) e 18 (dezoito) horas), excluindo feriados.
03	Prazo de solução dos chamados de assistência técnica.	As ocorrências deverão ser solucionadas no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis na capital e 04 (quatro) dias úteis no interior, contados a partir da abertura do chamado, sendo todos os atendimentos prestados na modalidade “on-site”.
04	Local da prestação dos serviços de manutenção.	Nas Unidades do Poder Judiciário Cearense. As localidades podem ser verificadas no endereço eletrônico http://www.tjce.jus.br/enderecos-e-telefones ;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

05	Solicitar prorrogação de prazos contratuais.	Apresentação de motivo justo (de acordo com o § 1º, art. 57, da Lei 8.666/93), prova documental da alegação e que o pedido seja protocolizado em até 03 (três) dias úteis anteriores ao prazo inicialmente avençado.
06	Período de garantia.	60 (sessenta) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos.
07	Da emissão dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo.	O objeto do Contrato será recebido provisoriamente no ato da entrega dos equipamentos e definitivamente no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis contados a partir da Emissão do Termo de Recebimento Provisório.

Cláusula Décima Primeira – Do recebimento Provisório e Definitivo

Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, incisos I e II da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.1 O recebimento provisório do objeto deste Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

11.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) equipamentos devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste termo;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

11.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Contrato, estando as amostras aprovadas.

11.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo,



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Infraestrutura de TI.

11.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

11.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Cláusula Décima Segunda- Da Vigência Contratual

O prazo de vigência deste Contrato iniciará na data de sua assinatura por um período de 60 (sessenta) meses, contados a partir de sua assinatura.

Cláusula Décima Terceira – Da Fiscalização e da Gestão do Contrato

Id	Papel	Entidade	Responsabilidade
01	Gestor do Contrato	Secretário(a) de Tecnologia da Informação do TJCE	<p>Orientar e coordenar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratual, prazos e condições estabelecidas neste Instrumento e seus Anexos;</p> <p>Exigir da Contratada a correta execução do objeto e o exato cumprimento das obrigações assumidas, nos termos e condições previstas neste Instrumento e seus Anexos, inclusive quanto às prestações acessórias;</p> <p>Encaminhar à Administração do Contratante relato circunstanciado de todos os fatos e ocorrências que caracterizem atraso e descumprimento de obrigações assumidas e que sujeitam a Contratada às sanções previstas neste documento, discriminando em memória de cálculo, se for o caso, os valores das multas aplicáveis;</p> <p>Na hipótese de descumprimento total ou parcial do contrato ou</p>



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

			<p>de disposição deste Instrumento e seus Anexos, adotar imediatamente as medidas operacionais e administrativas necessárias à notificação da Contratada para o cumprimento imediato das obrigações inadimplidas;</p> <p>Analisar e manifestar-se sobre justificativas e documentos apresentados pela Contratada por atraso ou descumprimento de obrigação assumida, submetendo sua análise e manifestação à consideração da autoridade administrativa competente.</p>
02	Fiscal Técnico	SETIN – Supervisor(a) do Serviço de Operação	<p>Avaliação da qualidade dos serviços realizados e justificativas, de acordo com os Critérios de Aceitação definidos em contrato;</p> <p>Identificação de não conformidade com os termos contratuais;</p> <p>Comunicar por escrito ao gestor do contrato qualquer falta cometida pela empresa contratada, seja por inadimplemento de cláusula ou condição do contrato, ou por serviço executado de forma inadequada, fora do prazo, ou mesmo não realizado, formando o dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar a aplicação de sanção, advertência ou à rescisão contratual;</p> <p>Sugerir ao gestor do contrato a aplicação de penalidades nos casos de inadimplemento parcial ou total do contrato;</p> <p>Realizar pessoalmente a medição dos serviços contratados;</p> <p>Recusar serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com condições previstas no termo de referência, na proposta da contratada e no contrato;</p> <p>Receber e dirimir reclamações relacionadas à qualidade de serviços prestados;</p> <p>Averiguar se é o contratado quem executa o contrato e certificar-se de que não existe cessão ou subcontratação, salvo se previamente autorizado pelo TJCE;</p> <p>Atestar a efetiva realização do objeto contratado para fins de pagamento das faturas correspondentes;</p> <p>Acompanhar e analisar os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle da qualidade dos materiais, serviços e</p>



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

			equipamentos a serem aplicados nos serviços.
03	Fiscal Requisitante do Contrato	SETIN – Coordenador(a) de Gestão de Serviços	<p>Avaliação da qualidade dos serviços realizados e justificativas, de acordo com os Critérios de Aceitação definidos em contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Identificação de não conformidade com os termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Técnico quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;</p> <p>Acompanhar e analisar os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle da qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos serviços, em conjunto com o Fiscal Técnico;</p> <p>Verificar o cumprimento das normas trabalhistas por parte do contratado, a exemplo da jornada de trabalho, limitações de horas extras, descanso semanal, bem como da obediência às normas de segurança do trabalho, a fim de evitar acidentes com agentes administrativos, terceiros e empregados do contrato, quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Receber e dirimir reclamações relacionadas à qualidade de serviços prestados, em conjunto com o Fiscal Técnico quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Comunicar por escrito ao gestor do contrato qualquer falta cometida pela empresa contratada, seja por inadimplemento de cláusula ou condição do contrato, ou por serviço executado de forma inadequada, fora do prazo, ou mesmo não realizado, formando o dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar a aplicação de sanção ou à rescisão contratual, em conjunto com o Fiscal Técnico quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Sugerir ao gestor do contrato a aplicação de penalidades nos casos de inadimplemento parcial ou total do contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico quando solicitado pelo Gestor do Contrato.</p>



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

04	Fiscal Administrativo	SETIN – Coordenador(a) da Gestão Administrativa de TI	<p>Proceder à obrigatória liquidação da despesa, mediante fatura de serviço devidamente atestada pelo fiscal técnico, para fins de apuração da origem e do objeto do que se deve pagar, da importância exata a ser paga e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação, com base no contrato, na nota de empenho e nos comprovantes de entrega do material ou da efetiva prestação do serviço, em conformidade com o disposto nos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320, de 18 de março de 1964;</p> <p>Efetuar o controle da vigência, realizando comunicado ao fiscal técnico em tempo hábil, uma vez que este deverá controlar os prazos de execução, necessidades de prorrogações ou nova contratação, ficando o fiscal administrativo responsável pelo controle da época de reajustamento dos preços contratados, tomando as providências cabíveis em tempo hábil junto à Coordenadoria de Central de Contratos e Convênios do TJCE, quando necessário;</p> <p>Verificar se a empresa contratada cumpriu com a garantia prevista no contrato.</p>
----	-----------------------	---	---

Cláusula Décima Quarta– Do Reajuste

O preço contratado é fixo e irreajustável, e eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65, inciso I, alínea “b” e inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666, de 1993.

Cláusula Décima Quinta– Das Sanções Administrativas

Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, garantidos a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA, por escrito, informando à CONTRATADA sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

b) MULTA, observados os seguintes limites de até:

b.1) No que tange ao fornecimento dos microcomputadores e monitores:

b.1.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

b.1.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas, passível de rescisão contratual;

b.2) No que tange à indisponibilidade de equipamentos acima dos Níveis Mínimos de Serviços (NMS) contratados durante o período de garantia, para os Serviços de Assistência Técnica com cumprimento de Nível Mínimo de Serviços inferior ao estabelecido no contrato:

b.2.1) Em período de seis meses, cumprimento inferior ao NMS estipulado no subitem 9.22 deste Contrato, com perda de 5,01% (cinco vírgula zero um por cento) até 10,0% (dez por cento) deste indicador, multa de até 2,5% (dois e meio por cento) sobre o 1/10 (um décimo) do valor total contratado.

b.2.2) Em período de seis meses, cumprimento inferior ao NMS estipulado no subitem 9.22 deste Contrato, com perda de 10,01% (dez vírgula zero um por cento) até 20,0% (vinte por cento) deste indicador, multa de até 5% (cinco por cento) sobre o 1/10 (um décimo) do valor total contratado.

b.2.3) Em período de seis meses, cumprimento inferior ao NMS no subitem 5.24.2 deste Contrato, com perda de 20,01% (vinte vírgula zero um por cento) até 40,0% (quarenta por cento) deste indicador, multa de até 10% (dez por cento) sobre o 1/10 (um décimo) do valor total contratado.

b.2.4) Em período de seis meses, cumprimento inferior ao NMS estipulado no subitem 5.24.2 deste Contrato, com perda superior a 40,0% (quarenta por cento) deste indicador, multa de até 20% (vinte por cento) sobre o 1/10 (um décimo) do valor total contratado, com possível rescisão contratual.

c) SUSPENSÃO temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos.

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes de sua ação ou omissão, obedecido o disposto no inciso II do art. 54 do Decreto Estadual nº. 45.902/2012.

15.1. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, dentre outras:

15.1.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas ao objeto previsto em Contrato ou instrumento equivalente;

15.1.2. Retardamento imotivado da execução do objeto ou de suas etapas de execução;

15.1.3. Paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao TRIBUNAL;

15.1.4. Entrega de objeto/mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificado ou inadequado para o uso, como se verdadeiro ou perfeito fosse;

15.1.5. Alteração de substância, qualidade ou quantidade do objeto entregue;

15.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta cláusula.

15.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção.

15.3.1. Na hipótese de multa contratual, se esta não for recolhida no prazo estabelecido no subitem 15.3, o valor da multa aplicada poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA e/ou cobrada judicialmente.

15.4. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CRC DA SEPLAG, devendo a CONTRATADA ser descredenciada junto ao Cadastro de Fornecedores do órgão, por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais..

15.5. Os instrumentos de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pela CONTRATADA deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas.

15.5.1. Os referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais ou em versões autenticadas por servidores da Administração, mediante prévio recolhimento das despesas, em casos de requisição de cópia, sob pena de, a critério do TRIBUNAL, não serem analisados.

Cláusula Décima Sexta – Da Alteração

Este Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões do objeto, observados os limites legais, sem que isso implique aumento do preço proposto.

Cláusula Décima Sétima – Das Vedações

A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, caucionar ou utilizar este Contrato com o TRIBUNAL para qualquer operação financeira, bem como:

17.1. Interromper a execução do objeto sob alegação de inadimplemento por parte do TRIBUNAL, salvo nos casos previstos em lei.

17.2. Subcontratar o todo ou parte do fornecimento, o que poderá ensejar sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato.

Cláusula Décima Oitava – Da Rescisão



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 79 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei.

Cláusula Décima Nona – Da Subcontratação

Nos termos do art. 72 da Lei Federal nº 8.666/1993, no cumprimento do objeto deste Contrato, e sem prejuízo de suas responsabilidades contratuais e legais, a CONTRATADA poderá subcontratar partes dos serviços de Assistência Técnica, desde que a Subcontratada seja classificada como assistência técnica autorizada do fabricante, comprovada através de declaração formal do fabricante dos equipamentos, bem como poderá subcontratar partes dos serviços de Instalação, em ambos os casos mediante prévia e expressa anuência do TRIBUNAL, até o limite por esse admitido.

19.1. As subcontratações serão admitidas, a critério do TRIBUNAL, exclusivamente nos casos de notória especialização, execução de atividade-meio e/ou de serviços em atraso.

19.2. A substituição, pela CONTRATADA, de eventual subcontratado, já anteriormente aprovado e autorizado, dependerá da prévia e expressa anuência escrita do TRIBUNAL.

19.3 A CONTRATADA incluirá em todos os contratos que vier a celebrar com os subcontratados dispositivo que permita ao TRIBUNAL exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, nos termos estabelecidos neste Contrato.

19.4 Não haverá nenhum vínculo contratual, legal ou trabalhista entre o TRIBUNAL e os subcontratados ou empregados da CONTRATADA, inexistindo, por conseguinte, responsabilidade solidária ou subsidiária do TRIBUNAL quanto a toda e qualquer obrigação da CONTRATADA perante seus subcontratados e empregados.

19.5. Todas as obrigações fiscais, legais, trabalhistas e previdenciárias decorrentes de qualquer reclamação, demanda ou exigência administrativa ou judicial que vierem a ser efetivadas contra o TRIBUNAL pelos subcontratados, ou relativamente a estes, pelos empregados da CONTRATADA ou por terceiros a ela relacionados, a qualquer título, envolvidos na execução deste Contrato, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA e deverão ser integralmente por esta assumidas, a partir da data de assinatura do mesmo

Cláusula Vigésima – Da Publicação

A publicidade resumida do presente Instrumento contratual e de seus Termos Aditivos, dar-se-á através do Diário da Justiça Eletrônico, tudo providenciado pelo CONTRATANTE.

Cláusula Vigésima Primeira – Do Foro



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Fortaleza-CE, para dirimir quaisquer dúvidas porventura oriundas deste ajuste, com prévia renúncia pelas partes, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, preparam este Instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, que depois de lido e achado conforme vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas, para que produzam seus efeitos legais, comprometendo-se as partes contratantes a cumprir o presente Contrato em todas as suas cláusulas.

Fortaleza, 13 de dezembro de 2018.

DESEMBARGADOR FRANCISCO GLADYSON PONTES
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

DRA. DENISE MARIA NORÕES OLSEN
SECRETÁRIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO TJCE

Sr. ANTONIO JOSÉ CAVALCANTE FURTADO
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA POSITIVO TECNOLOGIA S/A
CONTRATADA (ASSINATURA/CARIMBO)

Testemunhas: _____



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. REQUISITOS DE HARDWARE

REQUISITO DE HARDWARE		ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
1	Motherboard (placa mãe) para computador compatível com a arquitetura x86, desenvolvida para processadores das linhas AMD ou INTEL, com suporte a processadores de dois e quatro núcleos, da mesma marca do microcomputador não sendo aceito o emprego de placas de livre comercialização no mercado, compatível com o projeto do gabinete e com pelo menos as seguintes especificações:	<ul style="list-style-type: none">• 1 Slot M.2;• 2 Slot para memória RAM DDR4 SO-DIMM;• Controladora de disco padrão SATA III integrada à placa mãe com suporte a Unidade de armazenamento padrão SATA III e Unidade SSD;• Suporte tecnologia de gerenciamento remoto em atendimento ao item 11 do TR;• Suporte tecnologias: S.M.A.R.T.
2	Microprocessador 64 bits instalado com, no mínimo, 04 (quatro) núcleos, 4 Treds e 6 MB cache, que possua as seguintes características:	O equipamento deverá atingir índice de, no mínimo, 6244 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark, conforme lista extraída do site (http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php), disponível em 19/06/2018, anexa ao Edital.
3	Security chip TPM versão 2.0 integrado (onboard) na placa-mãe, possibilitando a utilização de recursos de segurança e criptografia, através de software desenvolvido ou homologado pelo fabricante ou em regime de OEM, ou através da ferramenta Gerenciamento de Trusted Platform Module (TPM), presente no sistema operacional Windows	Será aceito também a comprovação de desempenho através de relatório de testes executados quando da análise de amostra, caso a licitante decida pela comprovação desta forma.
4	Módulos de memória RAM	Obrigatório <ul style="list-style-type: none">• Capacidade: 8 GB (1x8GB);• Tipo: DDR4 SO-DIMM;• Frequência: ≥ 2400MHz;• Latência: ≤ CL17;• Tensão: ≤ 1,2 V.
5	Chipset homologado para o modelo de equipamento ofertado e que contenha no mínimo as seguintes tecnologias e/ou recursos suportados	<ul style="list-style-type: none">• Vídeo DirectX 12 ou superior;• OpenGL 4.1 ou superior;

A

A B

REQUISITO DE HARDWARE		ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
6	Unidade de armazenamento SSD (<i>Solid State Drive</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia SATA III; • Durabilidade em MTBF para SSD ≥ 800.000 horas; • Capacidade nominal ≥ 120 GB; • Velocidade de leitura sequencial ≥ 510 MBp/s; • Velocidade de escrita sequencial ≥ 300 MBp/s; • Tamanho: 2,5 polegadas ou Conexão M.2.
7	Conexões USB	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 2 (duas) conexões frontais USB na velocidade 3.0; • Mínimo de 4 (quatro) conexões traseiras USB, sendo 2 (duas) na velocidade 3.0.
8	Teclado	<ul style="list-style-type: none"> • Padrão: ABNT-2 (português Brasil); • Interface: USB; • Comprimento do Cabo: 1,8 m; • Padrão: QWERTY.
9	Mouse USB	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo: Óptico ou Óptico Laser; • Resolução: $\geq 1000\text{dpi}$; • Conector: USB; • Botões: 3 (incluindo de Rolagem "wheel"); • Comprimento do Cabo: 1,8m; • Configuração: Ambidestra.
10	Interface Ethernet IEEE 802.3 com conector 10/100/1000 base-T (RJ-45). Indicação visual de atividade através de led; Possui recursos de Wake-on-LAN (WOL), Pré-boot Execution Environment (PXE) e suporte à ASF 2.0 ou SNMP ou AMT ou DASH, que implemente os recursos de gerenciamento remoto conforme item 11 do Anexo I do TR	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia: Fast-Ethernet; • Conector: RJ45; • Velocidade: 10/100/1000 Mbps; • Padrões: IEEE802.3, IEEE802.3u, IEEE802.3ab.
11	Controladora de vídeo com memória dinâmica (permitindo ao menos 256 MB) on-board com recursos gráficos de aceleração com a seguinte característica:	<ul style="list-style-type: none"> • Suporte a 2 (dois) monitores simultâneos, com imagens independentes; • 1 (uma) porta digital: DISPLAY PORT ou HDMI; • 1 (uma) porta analógica: VGA (na ausência de porta VGA, admite-se fornecimento de 2ª porta DISPLAY PORT ou HDMI com adaptador para DVI).
12	Conectores para entrada e saída de áudio estéreo	<ul style="list-style-type: none"> • Localização frontais

REQUISITO DE HARDWARE		ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
13	Alto-falante embutido interno ao gabinete que seja desativado quando conectado algum dispositivo de áudio externo à interface de som "line-out"	Obrigatório
14	Todos os conectores das portas de entrada/saída devem ser identificados por cores ou símbolos, de acordo com o padrão PC'99 System Design Guide	Obrigatório
15	Suportar expansão no mínimo 32GB de memória RAM	Obrigatório
16	O gabinete deve possuir no máximo as seguintes dimensões: 20 cm x 5 cm x 20 cm, na cor predominante preto e utilizar parafusos <i>recartilhados</i> ou adoção de tool less.	Obrigatório
17	Kit de montagem do Gabinete (encaixe ou integrado ao monitor), desde que não impeça o ajuste de altura do monitor.	Obrigatório
18	Possuir display ou led(s) acoplado(s) no painel frontal do gabinete para indicar modo ligado/desligado	Obrigatório
19	O equipamento ofertado deverá ser fornecido com as características de segurança, não sendo admitidas adaptações no projeto original do gabinete: Cabo de segurança para fixação no gabinete com padrão <i>Kensington</i> com segredo único com chave (O cabo ofertado não pode impossibilitar a utilização de portas e periféricos).	Comprimento do cabo: 1,8 mts a 2.0 mts; Material: Aço revestido ; Espessura do Cabo: Entre 2 mm a 5 mm;
20	Alimentação através de fonte externa com capacidade para suportar a máxima expansão do equipamento (configuração com todos os slots livres ocupados) e que tenha tecnologia para controle do consumo de energia.	Potência Máxima Permitida: 90-watt; Bivolt automática; Faixa de tensão e frequência: 115-220VCA (+/- 4%) e 60Hz.
21	O modelo deverá apresentar conformidade eletromagnética IEC 61000, IEC 60950, CISPR 22 e 24 ou equivalentes devendo estar identificado claramente o modelo do equipamento ou certificação equivalente fornecida pelo INMETRO ou órgão internacional específico que certifique compatibilidade eletromagnética.	Obrigatório
22	Equipamento em conformidade com NBR 10152 ou ISO 7779/ 9296 (níveis de ruído para conforto acústico)	Obrigatório
23	O modelo do equipamento (CPU) ofertado deverá ser registrado no EPEAT (<i>Electronic Product Environmental Assessment Tool</i>) na categoria Gold comprovando que o equipamento atinge as exigências para controle do	Obrigatório

A

D

REQUISITO DE HARDWARE		ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
	<p>impacto ambiental em seu processo de fabricação</p> <p>A comprovação poderá ser realizada no site www.epeat.net (admitindo neste caso registros de modelos efetuados no Brasil ou Estados Unidos).</p>	
24	<p>Conformidade com a normativa ROHS. O equipamento (CPU) deve comprovar que foi desenvolvido em acordo com a normativa ROHS – referente a redução / eliminação de materiais ambientalmente sensíveis.</p> <p>A comprovação deverá ocorrer através do atendimento da totalidade de exigências (obrigatórias e opcionais) do item 4.1 Redução / eliminação de materiais ambientalmente sensíveis (5 pontos em 5 possíveis) do site www.epeat.net.</p>	<p>Obrigatório</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolução – wide: 1920 x 1080@60Hz; • Ângulos de visão: 178º - vertical, 178º - horizontal; • Conexão digital: 1 (uma) HDMI ou 1 (uma) DISPLAY-PORT; • Tempo de resposta: 8 ms; • Cabo de Vídeo: 1,8m; • Fonte interna: Obrigatório; • Ajuste de Inclinação: Obrigatório; • Ajuste de altura: Mínimo 10 cm; • Rotação (90 graus): Obrigatório; • Configuração via OSD: Obrigatório; • Contraste Típica: 1.000:1; • Monitor com certificação TCO'03 ou superior quanto a emissão de radiação; • O modelo do Monitor ofertado deverá ser registrado no EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria Gold comprovando que o equipamento atinge as exigências para controle do impacto ambiental em seu processo de fabricação.
25	<p>Monitor colorido LED de 21,5 polegadas padrão Widescreen 16:9 da mesma marca do equipamento e com as seguintes configurações mínimas:</p>	

HA B A